

A CIDADE NA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES DE CIDADE E UMA BREVE LEITURA DA PRODUÇÃO DE ESPACIALIDADES URBANAS

THE CITY IN HISTORY: CONCEPTIONS OF THE CITY AND A BRIEF READING OF THE PRODUCTION OF URBAN SPACIALITIES

Afonso Vieira Ferreira ¹

Resumo: Este trabalho resulta de pesquisa defendida em 2020, busca apresentar a história da cidade ao longo de desenvolvimento da humanidade. O objetivo geral é analisar o decurso de formação da cidade ao longo da história, tem como objetivos específicos: estabelecer a periodização da cidade a partir da história da sociedade humana; apresentar múltiplas concepções de cidade a partir das ciências humanas e sociais; caracterizar a espacialidade urbana a partir de distintos momentos da história da sociedade. O método de investigação orientou-se pela compreensão da cidade como realidade histórica, material e dialética, e, a abordagem metodológica guiou-se, através da análise qualitativa, por meio da pesquisa e revisão teórico-bibliográfica de produções acadêmicas acerca da história e desenvolvimento da cidade. Os resultados explicitam e indicam a complexidade das cidades do presente, reforçam a compreensão da cidade como produção humana e postula a constituição de espacialidades urbanas como forma de viver a cidade.

Palavras-chave: História da Cidade. Espaço Urbano. Produção Humana. Vida na Cidade.

Abstract: This work is the result of research defended in 2020, and seeks to present the history of the city throughout the development of humanity. The general objective is to analyze the course of human and social sciences, with the following specific objectives: to establish the periodization of the city from the history of human society; to present multiple conceptions of the city from the human and social sciences; to characterize urban spatiality from different moments in the history of society. The research method was guided by an understanding of the city as a historical, material and dialectical reality, and the methodological approach was guided by qualitative analysis, through research and a theoretical-bibliographical review of academic productions on the history and development of the city. The results explain and indicate the complexity cities of the present, reinforce the understanding of the city as a human production and postulate the constitution of urban spatialities as a way of living in the city.

Keywords: History of the City. Urban Space. Human Production. Life in the City.

¹ Possui Graduação e Mestrado em Geografia (pela Universidade Federal do Tocantins - UFT), é doutorando em Geografia (pela Universidade Federal de Goiás - UFG) e atualmente é professor da Educação Básica (Seduc-TO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6606004812830879>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9447-9811>. E-mail: afonsoppgeo@gmail.com

Considerações iniciais

A cidade é objeto de estudo e análise de diversas ciências e áreas do conhecimento. No entanto, compreender a cidade em seu devir histórico é fundamental para a compreensão das espacialidades urbanas constituídas em distintos espaço-tempo. Nesse sentido este trabalho apresenta uma leitura da história da cidade e da constituição de espacialidades urbanas ao longo do tempo.

Esta análise se insere como parte da fundamentação teórica da pesquisa de mestrado A educação geográfica e o ensino de cidade: reflexões à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), defendida pelo autor em 2020. Cumpre destacar que o referido estudo, que enseja a fundamentação teórica, do trabalho ora apresentado foi novamente revisitado para pesquisa doutoral (em fase desenvolvimento).

O objetivo geral deste trabalho é analisar o decurso de formação da cidade ao longo da história. Para se contemplar o objetivo geral se delinea os seguintes objetivos específicos: estabelecer a periodização da cidade a partir da história da sociedade humana; apresentar múltiplas concepções de cidade a partir das ciências humanas e sociais; caracterizar a espacialidade urbana a partir de cada momento histórico da sociedade.

A compreensão dialética da história da cidade, como realidade concreta e material, fundamenta a abordagem teórico-metodológica desta análise, que a partir da pesquisa e revisão teórico-bibliográfica de produções atinentes ao tema principal, se realiza uma análise qualitativa de livros e produções acadêmicas, e, se propõe a explicitar a história da cidade e a consequente constituição de espacialidades urbanas de cada momento histórico.

Nesta perspectiva, busca-se apresentar e situar a cidade na história, bem como conceituá-la a partir de diferentes perspectivas teóricas. Entendendo que a cidade é um fenômeno complexo e que pela sua amplitude não será possível a este estudo abrangê-la em sua totalidade, essa análise delimita-se a apresentar a importância da história da cidade para a compreensão da constituição de espacialidades urbanas.

As cidades, ao mesmo tempo que representam diversidade e pluralidade em sua constituição, cada uma se expõe de forma única, e, em constante processo de produção/transformação ao longo do tempo, de modo que a cada momento histórico se produziu uma cidade, que é dialeticamente igual e diferente às cidades que a precederam.

Dessa forma entende-se que a cidade é tema de várias áreas do conhecimento, não sendo objeto de estudo exclusivo da Geografia. Nesse sentido, esta análise busca entender a cidade e o fenômeno urbano prioritariamente a partir da relação entre História e Geografia concebida no campo das ciências humanas e sociais aplicadas; contudo, deve-se estar atento às contribuições de outras áreas e campos do conhecimento que se debruçam também a entender e explicar a cidade.

Dessa forma, apresenta-se a cidade na história a partir de uma periodização arbitrária, que se esforça para não ser simplista demasiadamente, de forma que considera quatro fases no desenvolvimento da cidade: pré-história das cidades, a cidade da antiguidade, a cidade na idade média e a cidade na modernidade. Apresenta-se também diferentes concepções teóricas acerca da compreensão da cidade e do fenômeno urbano.

A história das cidades no Brasil e no mundo permite comparar as características e aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais de forma que se reconheça e se entenda a cidade como um fenômeno histórico e social em constante produção, a partir de ações hegemônicas e também de ações cotidianas expressas pelos diferentes modos de viver a cidade. A compreensão da cidade, sob múltiplas perspectivas teóricas, se coloca como possibilidades e potencialidades para a apreensão do espaço geográfico a partir do espaço urbano, considerando a cidade como um constructo material, histórico, social e cultural produzido e reproduzido pela humanidade.

A cidade na história: uma possibilidade de compreensão espacial e histórica do espaço urbano

Na perspectiva de atribuir uma relevância e importância fundamental à história das cidades para se compreender o fenômeno urbano atual, Lewis Mumford abre o primeiro capítulo de seu clássico livro *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas* (1998), questionando “O que é a cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidades preenche?” (Mumford, 1998, p. 9). Essas questões orientaram, ou mesmo instigaram, muitos teóricos à busca por conceituar a cidade e delinear perspectivas de análise para o fenômeno urbano. Nesta compreensão o referido autor afirma que,

se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura, em relação aos primeiros tells que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais (Mumford, 1998, p. 11).

Dessa forma, a busca em compreender a cidade, o fenômeno urbano e suas implicações encaminha a uma investigação da cidade no tempo-histórico, concordando com Mumford (1998, p. 9) que afirma que “se quisermos lançar novos alicerces para vida urbana, cumpra-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que podem ser ainda invocadas”. Nesse entendimento, Sposito (1989, p. 11) sustenta que “o espaço é história, e nesta perspectiva, a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos”. Desse modo, propõe-se a periodização da cidade em seu transcurso histórico-temporal em: A pré-história das cidades; cidades na antiguidade, cidades medievais e cidades modernas. Deve-se ressaltar, contudo, que toda e qualquer periodização e classificação incorre ao risco de ser incompleta, superficial e imprecisa. Desse modo, não se busca nesta análise criar ou construir um modelo de classificação histórica das cidades, mas sim facilitar a compreensão do que foi e do que se tornaram as cidades, a fim de vislumbrar possibilidades para a compreensão das cidades do presente e do fenômeno urbano na atualidade.

A pré-história da cidade corresponde ao período demarcado com a fixação do homem ao espaço. De acordo com Mumford (1998),

Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los [...] A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas (Mumford, 1998, p. 13).

Dessa forma, Mumford (1998) defende que a origem das primeiras aldeias remete às relações sagradas que se mantinham com os locais onde se depositavam os mortos, (e o conseqüente surgimento dos primeiros santuários). Este fator pode ter sido um dos primeiros aspectos para a fixação do homem paleolítico e pode-se agregar também, a este período, a domesticação de animais e plantas,

[...] já que a caça e a coleta de alimentos sustentam menos de quatro pessoas por quilômetro quadrado: para assegurar a própria existência, o homem paleolítico precisava ter um amplo raio de ação e grande liberdade de movimento. [...] Esse processo de colonização, domesticação e regularidade alimentar veio introduzir uma segunda fase, possivelmente há dez ou doze mil anos. Com ele iniciou-se a reunião sistemática e o plantio de sementes de certas gramíneas, a domesticação de outras plantas dotadas de sementes, como as abóboras e os feijões, e a utilização de animais e rebanhos, o boi, o carneiro, e afinal, o jumento e o cavalo (Mumford, 1998, p. 17)

O processo do cultivo sistemático de sementes e domesticação de animais possibilitou a fixação do homem ao lugar, possibilitou o aumento na ingestão de nutrientes que, por sua vez, assegurou o melhor desenvolvimento das potencialidades humanas, e, permitiu a passagem para gerações subsequentes do desenvolvimento alcançado em fases precedentes. Há de se ressaltar que Mumford (1998) faz ainda um importante destaque: a revolução agrícola que se deu foi precedida por uma outra revolução, a revolução sexual. Segundo o autor,

Aquilo a que chamamos de revolução agrícola foi, muito possivelmente, antecedida por uma revolução sexual, mudança que deu domínio não ao macho caçador, ágil, de pés velozes, pronto a matar, impiedoso por necessidade vocacional, porém, à fêmea, mais passiva, presa aos filhos, reduzida nos seus movimentos ao ritmo de uma criança, guardando e alimentando toda sorte de rebentos, inclusive, ocasionalmente, pequenos mamíferos lactentes, se a mãe destes morria, plantando sementes e vigiando as mudas, talvez primeiro num rito de fertilidade, antes que o crescimento e multiplicação das sementes sugerisse uma nova possibilidade de se aumentar a safra de alimentos (Mumford, 1998, p. 18).

Nessa perspectiva, deve-se estabelecer uma estreita relação entre a mulher e as práticas agrícolas. Outra importante contribuição da mulher, neste período, refere-se à construção de utensílios e instrumentos trabalhados que representam o domínio de técnicas rudimentares na produção, na criação de objetos, ferramentas e recipientes necessários a seus afazeres diários. A soma de todos os aspectos apresentados possibilitou a formação das primeiras aldeias, de forma que Mumford (1998) sustenta que,

As palavras “lar” e “mãe” estão, certamente, escritas em todas as fases da agricultura neolítica e não menos nos novos centros de aldeamento, afinal identificáveis nos fundamentos das casas e nas sepulturas. Era a mulher que manjava o bastão de cavar ou a enxada: era ela que cuidava dos jardins e foi ela quem conseguiu essas obras-primas de seleção e cruzamento que transformaram espécies selvagens e rudes em variedades domésticas prolíferas e ricamente nutritivas; foi a mulher que fabricou os primeiros recipientes, tecendo cesta e dando forma aos primeiros vasos de barro. [...] A casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obra da mulher (Mumford, 1998, p. 19).

Desse modo, percebe-se o destacado papel da mulher na formação das primeiras aldeias, seja na agricultura, na construção de utensílios e casas, ou mesmo na criação dos filhos. Destarte, pode-se afirmar que os primeiros aldeamentos são resultado da efetiva participação da mulher e da união de elementos e características presentes na cultura paleolítica e neolítica.

Atribui-se o surgimento das primeiras cidades da antiguidade à Mesopotâmia, no vale dos rios Tigres e Eufrates. O aparecimento dos primeiros núcleos urbanos representa um aprofundamento das práticas agrícolas, o surgimento da administração do espaço urbano, o estabelecimento de

relações comerciais e, como consequência, a divisão do trabalho. De acordo com Benevolo (1999),

Na Mesopotâmia – a planície aluvial banhada pelo Tigre e pelo Eufrates – o excedente se concentra nas mãos dos governantes das cidades, representantes do deus local; nesta qualidade recebem os rendimentos de parte das terras comuns, a maior parte dos despojos de guerra, e administram estas riquezas acumulando as provisões alimentares para toda a população, fabricando ou importando os utensílios de pedra e de metal para o trabalho e para a guerra, registrando as informações e os números que dirigem a vida da comunidade (Benevolo, 1999, p. 26).

Nesta perspectiva a cidade da antiguidade associa-se à uma relação de acumulação agrícola primitiva, e, sua administração está relacionada à uma espécie de teocracia, que pode ser caracterizada como uma construção ideológica e um processo de exploração, seja por meio da guerra ou pela acumulação de riquezas a partir do trabalho realizado em terras comuns. Dessa forma, segundo Sposito (1989, p. 21), “as cidades, ao dominarem áreas maiores, tornavam-se receptoras do excedente do campo, fortalecendo a força política de seus governantes, criando as condições para a constituição de impérios.” Dessa maneira, a autora destaca ainda três fatores preponderantes na formação dos impérios: o aumento do número de cidades; a urbanização por um vasto território possibilitando transformações econômicas, sociais e políticas e; a intensificação da divisão social do trabalho e o aumento da complexidade das relações urbanas. Sposito (1989) destaca ainda que

O Império Romano é sem dúvida o melhor exemplo dessa expansão de urbanização na Antiguidade, por conta de um poder unificado. [...] Além disto, o Império estendeu-se para a Europa Ocidental, permitindo o desenvolvimento urbano em regiões habitadas por “bárbaros”. [Dessa maneira] o poder político do Império Romano permitiu, portanto, não apenas que a urbanização deixasse de ser um processo “espontâneo”, uma vez que muitas cidades foram fundadas nas áreas recém-conquistadas para permitir a hegemonia política romana sobre estas áreas (Sposito, 1989, p. 21).

De forma geral, pode-se afirmar que as cidades da antiguidade apresentavam um conjunto de características que vão desde uma incipiente especialização e divisão social do trabalho, o domínio político de um pequeno grupo sobre a maioria, expansão da capacidade de produção e distribuição do excedente agrícola, até a escrita como fator importante para o domínio ideológico, desenvolvimento técnico e manutenção da estrutura política. É possível afirmar ainda que a estrutura interna do espaço urbano refletia a estrutura social e política dessas cidades.

Desse modo, as cidades apresentavam funções variadas, entrepostos comerciais, fortificações militares e centros político-administrativos. No entanto, Carlos (2011, p. 62) sustenta que “na antiguidade, podia-se encontrar um sem número de cidades, basicamente comerciais, situadas ao longo dos rios e mais tarde às margens do Mediterrâneo, vinculando Oriente e Ocidente”. Tal afirmação realça a força das relações comerciais entre as cidades antigas e a importância dos rios e do Mar Mediterrâneo em processos relacionados à comercialização do excedente produtivo. Contudo, com o esfacelamento do império romano, ocasionado pela invasão árabe, houve a desarticulação da rede urbana construída na Antiguidade. A autora afirma que,

o bloqueio do Mar Mediterrâneo, provocado pela invasão sarracena no século VII, inviabilizou o comércio e, conseqüentemente, as cidades entraram em rigoroso declínio que se estendeu até o século XI. Neste período, a Europa Ocidental regride ao estado de região exclusivamente agrícola, onde a terra passava a ser a única fonte de subsistência e condição de riqueza (Carlos, 2011, p. 62).

Este período representa um momento de ruralização da sociedade europeia marcada pelo modo de produção feudal e caracterizada pela quase que exclusiva dependência, direta ou indireta da população à produção agrícola. No modo de produção feudal, a posse da terra fica dividida entre a nobreza e a Igreja, e no polo oposto situam-se os lavradores não proprietários vinculados à terra por relações de servidão. Carlos (2011) afirma que,

Enquanto que na antiguidade o comércio impulsionava o crescimento das cidades e produzia um determinado espaço, no feudalismo, dentro do feudo produzia-se e consumia-se os próprios produtos, numa economia autossuficiente, sem mercados externos e sem ligações. Tudo que se precisava, quer na alimentação, no vestuário ou no mobiliário era produzido no feudo, não havendo excedentes, capazes de permitir a troca e com isso as relações entre populações e lugares (Carlos, 2011, p. 63).

Dessa maneira, o modo de produção feudal limita ao próprio feudo as relações comerciais tão fundamentais, na antiguidade, para a expansão e crescimento das cidades. Dessa forma, as cidades medievais perdem a função comercial e, segundo Pirenne (1973), estão associadas à defesa, visto que em meio a um período de “insegurança e das desordens que impregnaram de um caráter tão lúgubre a segunda metade do século IX, coube, pois, às cidades cumprir verdadeiramente uma missão protectora. Foram, na plena acepção do termo, as salvaguardas de uma sociedade invadida, aterrada e saqueada” (Pirenne, 1973, p. 59)

No entanto, no seio do modelo de produção agrário autossustentado, com base nas relações servis, surgem duas formas de aglomerados populacionais na idade média: as cidades episcopais e os burgos. De modo que “as cidades episcopais serviam naturalmente de refúgio às populações dos seus arredores” (Pirenne, 1973, p. 59). Estes aglomerados urbanos episcopais praticamente não tinham papel ou função comercial, subsistiam a partir de tributos arrecadados nas posses clericais. Já “os burgos são antes de tudo instituições militares. Mas a este carácter primitivo se juntou o de centros de administração” (Pirenne, 1973, p. 62), e como centros fortificados, contra a defesa das invasões bárbaras, atraíam para suas cercanias uma diversidade de mercadores que se beneficiavam do excedente agrícola produzido nos feudos e pelas oficinas de produção de instrumentos e utensílios. Segundo Sposito (1989, p. 28), os burgos caracterizavam-se como “pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram construídos sob ordens dos senhores ou príncipes feudais”, fato que corrobora com a ideia de função administrativa assumida pelos burgos. Dessa forma, Pirenne (1973, p. 63) conclui que “As cidades antigas e os burgos não foram senão praças fortes e sedes de administração. Os habitantes não possuíam direito privativo, nem instituições características, e o seu gênero de existência não os distinguia em nada da restante sociedade”. Nesta estrutura, o comércio começa a ressurgir nas cercanias dos burgos organizando-se fora dos muros do aglomerado feudal. Perinne (1973) argumenta que,

O povoamento dos burgos é devido às mesmas causas que o das cidades, mas operou-se em condições bastante diferentes. Aqui, com efeito, o espaço disponível faltava aos que chegavam. Os burgos eram só fortalezas, cujas muralhas encerravam um perímetro estreitamente limitado. Daqui resulta que, desde o princípio, os mercadores foram obrigados a instalar-se, por falta de lugar, no exterior deste perímetro (Perinne, 1973, p. 112)

A ocupação externa aos burgos pelos mercadores itinerantes vai caracterizar um dos fatores responsáveis pela expansão comercial e simboliza os fundamentos do renascimento urbano, agora sob os auspícios de um novo e emergente modo de produção: o modo de produção capitalista. Tal característica demarca o surgimento das cidades no período “moderno”. Carlos (2011) afirma que,

O ressurgimento da cidade aparece como um elo responsável pela dissolução do modo de produção feudal e da transição deste para o capitalismo, na medida em que o destrói

ultrapassando-o ela mesma. [...] A nova classe nascente, formada de comerciantes, instala-se especialmente em pontos estratégicos concentrados (rotas de comércio, entroncamentos), formando aglomerados que mais tarde dão origem às cidades, as quais são criadas por um novo modo de relações e por uma nova classe: a burguesia. A cidade não surge, portanto, de uma simples mudança da população do campo, ela envolve um processo mais profundo (Carlos, 2011, p. 65)

De acordo com Sposito (1989), um conjunto de transformações se estrutura e um novo modo de produção se organiza, suplanta a ordem feudal e instala um modelo com características urbano-manufatureiras. Dessa forma, Carlos (2011, p. 65) sustenta que a cidade “é sempre uma organização dinâmica, de alto poder concentracional, que cria, no entanto, a cada momento, uma produção espacial que lhe seja peculiar”. Desse modo, a burguesia personifica o novo modelo, contudo, se vê submetida às características intrínsecas ao modo de produção em ascensão: o exclusivismo e o protecionismo - características representadas pela aristocracia agrícola e pelas corporações de ofícios. Tais características limitavam a expansão das forças produtivas que a intensificação do comércio exigia, de forma que a burguesia, no limiar deste processo de expansão comercial, encontra-se afetada pelo monopólio do excedente agrícola e dependente também do exclusivismo manufatureiro. Nesse sentido, Sposito (1989, p. 37) afirma que, ao passo que “a indústria doméstica dava sustentação a uma produção organizada em estágios sucessivos, cada um deles realizado por um artesão em sua casa, a manufatura reunia artesãos num mesmo espaço de trabalho, aproximando estas etapas e, portanto, tornando mais rápido o ciclo produtivo”. Pode-se afirmar que a organização do modelo produtivo realizado pela burguesia comercial irrompeu na estrutura das corporações de ofício e, por conseguinte, aprofundou a especialização do artesão com o consequente aprofundamento da divisão do trabalho, emergindo o processo industrial e o trabalho assalariado.

Enquanto o modo de produção que o precedeu se sustentava ideologicamente a partir das relações com o clero, o novo modelo irrompe nessa estrutura e se fortalece a partir da força comercial e de sua associação às monarquias absolutistas, que garantem a unificação de um território nacional e uma superestrutura político-administrativa que ampara a expansão comercial da burguesia.

As transformações que decorreram desse processo promoveram a expansão urbana, em área e em aumento populacional. Nesse contexto, a “expressão usada por Simmel e Weber, de que ‘o ar da cidade libera’ (‘Stadtluft macht frei!’) [simboliza que] as diferenças estamentais ditadas pela hereditariedade e baseadas na grande propriedade rural (feudal) são superadas pela força do dinheiro” (Freitag, 2006, p. 27). Pode-se afirmar que esta concepção se contrapunha a rigidez estamental presente no período feudal, no entanto, a liberdade como pressuposto humano se vê determinada pelas relações produtivas do modo de produção em desenvolvimento.

A transformação da sociedade feudal e sociedade comercial/mercantil e posteriormente, capitalista, altera profundamente as relações sociais e espaciais e promove grandes transformações no espaço urbano de modo que Pirenne (1973) afirma que,

A circulação, que se torna cada vez mais intensa, favorece necessariamente a produção agrícola, desloca os quadros que a tinham manifestado até então, arrasta-a para as cidades, moderniza-a e, ao mesmo tempo, liberta-a. Desprende o homem do solo a que tinha estado por tanto tempo sujeito. Substitui cada vez mais amplamente o trabalho servil pelo trabalho livre. (Pirenne, 1973, p. 166)

Dessa forma, traduz-se o sentimento da expansão urbano-manufatureira e do incipiente processo de industrialização em oposição às relações servis do modelo feudal. Neste contexto, às cidades se dirigem enormes contingentes populacionais, que passam a avolumar o caótico espaço urbano como reserva de mão de obra para o nascente processo industrial. Desse modo, Carlos (2011, p. 66) afirma que “a cidade, como ponto de concentração da indústria e de grande

massa populacional atrai não só poder econômico como o político, passando a comandar espaços maiores, de acordo com o seu poder”. Se as cidades da Idade Média se aproximavam, em suas características, dos aglomerados populacionais da idade antiga, as cidades do período moderno diferem de suas formas preexistentes, assumindo um grau de complexidade nunca antes visto. Dessa forma, a cidade contemporânea assenta suas bases na intensificação do uso de tecnologias, no aprofundamento das relações urbano-industriais, e, se caracteriza como espaço privilegiado para o consumo (material e imaterial) de bens e serviços diversos. Este conjunto de transformações, que se deram no decurso da história da cidade, é o fundamento de um modo específico de vida, estruturado e organizado no seio da cidade: o modo de vida urbano.

A constituição histórica das cidades brasileiras

Após caracterização histórica da cidade e do fenômeno urbano, desde os primeiros aglomerados urbanos à cidade moderna, faz-se necessário também identificar o surgimento das cidades brasileiras que, segundo Azevedo (1957), remontam evidentemente ao período posterior ao século XVI. Segundo o autor, no Brasil, “a mais elementar das formas e aglomerações humanas costuma ser designada por dois vocábulos de designação idêntica, povoado e povoação, embora outros termos existam, de caráter restrito e regional que servem para identificar algumas de suas modalidades” (Azevedo, 1957, p. 31). As referidas denominações reforçam a difícil tarefa em apresentar no tempo e no espaço a origem das primeiras cidades brasileiras, haja vista que o primeiro grande desafio se refere à conceituação, seguido pela dificuldade de se identificar registros de caracterização dos primeiros núcleos urbanos do Brasil. Todavia, Azevedo (1992) sustenta que “os mais remotos embriões de nossas cidades podem ser considerados as modestas feitorias surgidas no litoral brasileiro, nos 30 primeiros anos do século XVI” (Azevedo, 1992, p. 27). Assim, segundo Azevedo (1957), pode-se afirmar que o surgimento dos primeiros aglomerados urbanos encontrados no Brasil relaciona-se a: “1. lugares fortificados e os postos militares; 2. as aldeias, os aldeamentos de índios; 3. aos arraiais e as corrutelas; 4. a engenhos e usinas, fazendas e bairros rurais; 5. aos patrimônios e os núcleos coloniais; 6. aos pousos de viajantes e as estações ferroviárias” (Azevedo, 1957, p. 35). Segundo o autor, assim, se organizou e se estruturou a formação das primeiras cidades brasileiras, cumpre destacar que, este processo associa-se ao caráter administrativo e à ocupação do território para a exploração em regime de colônia.

Dessa forma, de acordo com Azevedo (1957), o surgimento das primeiras cidades brasileiras pode estar associado a quatro grandes fatores: a ocupação do território a partir de fortificações, que representavam locais de resistência a ataques da população nativa e às incursões de invasores; a catequização indígena; a exploração comercial a partir da produção de cana-de-açúcar e outros artigos e da extração de recursos minerais; e a expansão e integração do território, representada pela abertura de estradas e caminhos.

Em vista destes aspectos ora apresentados é possível afirmar que as primeiras cidades (povoados ou povoações) representam os embriões dos centros urbanos brasileiros. Salgado (1978, p. 27) reforça essa ideia ao afirmar que “na fisionomia os primeiros núcleos de povoamento refletiam-se, portanto, a precaução militar e o espírito religioso [...] Muros de fortes, perfis de igreja [...] A casa do donatário, arranhações de colonos, aldeamentos indígenas”. Essas estruturas faziam parte dos primeiros núcleos urbanos no Brasil, demarcando uma preocupação com a posse e exploração do território. Nesse sentido, pode-se afirmar que as cidades brasileiras surgem de modo diferente dos núcleos urbanos europeus, que se fundamentaram a partir do domínio da agricultura e da comercialização do excedente agrícola na antiguidade e da expansão do comércio no período moderno, posteriormente relacionado à superação do modelo feudal. Contudo, pode-se afirmar ainda que o surgimento das primeiras cidades brasileiras é resultado da expansão comercial do capitalismo europeu em sua fase acumulativa. Segundo Furtado (2007),

Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. De simples empresa espoliativa e extrativa - idêntica à que na

mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais - a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu (Furtado, 2007, p. 16)

Desta forma, o processo de urbanização no Brasil pode ser caracterizado a partir dos desdobramentos do modelo agroexportador (cultivo da cana-de-açúcar e de café, criação de gado e outros produtos primários), bem como a partir da exploração de recursos minerais, atividades fortemente marcadas pela utilização de mão-de-obra de negros africanos escravizados. Estas particularidades determinaram a organização e estruturação da maioria das cidades brasileiras.

No contexto brasileiro de fins do século XIX e início do século XX, pode-se destacar algumas das características que contribuíram para a estrutura e configuração das cidades brasileiras na atualidade. De acordo com Singer (1973),

Entre a abolição da escravatura (1888) e a revolução de 1930, houve no Brasil importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Iniciou-se o processo de desenvolvimento mediante substituição de importações, com a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis [...] iniciou-se um tímido processo de urbanização, com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centro de mercados regionais” (Singer, 1973, p. 121)

Esse incremento populacional crescente nas cidades demanda por um aumento na produção de alimentos na zona rural, sendo, dessa forma, aberta a constituição de uma indústria agrária. De modo que Singer (1973) afirma que,

O capitalismo industrial via de regra se origina nas cidades e daí penetra no campo. O Brasil não constitui exceção a esta regra. A substituição de importações provocou, em primeiro lugar, a ampliação e a diversificação dos ramos da indústria de transformação, o que determinou forte expansão da economia urbana. Tendo-se constituído, desta maneira, um amplo mercado urbano para produtos agrícolas, principalmente alimentos, criaram-se condições para a penetração do capitalismo na agricultura (Singer, 1973, p. 122)

Dessa forma, o processo de industrialização, fundamentado no modelo de substituição de importações, à medida que demanda por trabalhadores nas cidades, produz a intensificação do processo de urbanização. Igualmente, a mecanização das atividades agrícolas contribui para o êxodo rural e, conseqüentemente, para o adensamento populacional nos centros urbanos e evidenciando graves problemas às já caóticas cidades brasileiras.

A cidade: uma leitura a partir de múltiplas perspectivas

A literatura revela várias acepções para o termo cidade. O Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa classifica o vocábulo cidade como substantivo feminino, e apresenta como definição, “complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola; dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe” (Ferreira, 1999, p. 469). Nesta definição, a cidade é colocada em oposição ao campo e como espaço do comércio da indústria e da cultura. Esta conceituação, no entanto, denota reducionismo ao caracterizar a cidade apenas como local de atividades relacionadas à compra e/ou venda e produção de mercadorias e serviços, relegando a segundo plano a compreensão da cidade como espaço de desenvolvimento da vida humana. Corrêa (1989) afirma que,

O interesse em conhecer e atuar sobre a cidade deriva do fato de ser ela o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade. E mais: de ser o principal lugar dos conflitos sociais (Corrêa, 1989, p. 05).

Nesse sentido a cidade é o espaço de concentração populacional e de investimentos de capital a partir do círculo produção, circulação e consumo de produtos, bens e serviços. Deste modo a cidade é também espaço do conflito, onde as forças hegemônicas entram em choque com o cotidiano dos sujeitos. Na mesma compreensão Marx e Engels (2007) entendem que “a cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão.” (Marx; Engels, 2007, p. 52). Neste entendimento a cidade é o oposto do campo (espaço rural), dado que abriga a profusão da relação comércio e consumo dotando de dinamismo a vida urbana, que é contrastada pelas funções e processos que são intrínsecos ao espaço urbano; e, o campo, por sua vez, traduz-se como espaço da solidão e isolamento, da baixa densidade populacional e da produção com a finalidade de suprir necessidades da cidade.

Na compreensão de que a cidade é o espaço compartilhado e construído pela humanidade, Lynch (1997) afirma que a “cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura” (Lynch, 1997, p. 02). Assim a cidade se estrutura e organiza a partir da diversidade social das pessoas que a habitam, e de acordo com seus interesses que estão sempre modificando e transformando o espaço da cidade.

Destarte a análise e compreensão da cidade é possível a partir de distintos enfoques: como região a cidade se integra a uma dinâmica de articulação/fragmentação do espaço; como lugar a cidade é o espaço do acontecer solidário, espaço do conflito entre firmas/instituições e a vida cotidiana dos sujeitos, é o espaço da formação de territorialidades urbanas; a cidade também pode ser compreendida como território, em uma escala mais ampla e abrangente, a partir da integração/disputa no e pelo domínio de determinado território. Assim, Santos (2013) entende que

A cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde. Na verdade, há leis que se sucedem, denotando o tempo que passa e mudando as denominações desse verdadeiro espaço-tempo, que é a cidade (Santos, 2013, p. 67)

Nesta perspectiva a cidade se coloca como possibilidade e potencialidade para a compreensão do espaço geográfico a partir de categorias essenciais para a análise espacial. A cidade é uma produção histórica e cultural da humanidade, tem um longo processo de constituição, e, neste decurso assumiu distintas formas e funções, no entanto, como produção humana a cidade é uma obra que resulta de muitas transformações, de muitos conflitos e o resultado deste processo é a produção do espaço urbano como resultante da vida e dos conflitos que abriga, assim,

[...] a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (Lefebvre, 2001, p. 52)

Deste modo há que se falar em história da cidade e história do fenômeno urbano, de modo que Lefebvre (1999) concebe fenômeno urbano, ou simplesmente urbano, como termo preferível “à palavra cidade, que parece designar um objeto definido e definitivo, objeto dado para a ciência e objetivo imediato para a ação, enquanto a abordagem teórica reclama inicialmente uma crítica desse ‘objeto’ e exige a noção mais complexa de um objeto virtual ou possível” (Lefebvre, 1999, p. 28). No entanto, o urbano não é uma realidade acabada, mas sim uma “virtualidade iluminadora”, é o possível. Nesse sentido, Lefebvre afirma ainda que “o fenômeno urbano se apresenta [...] como realidade global (ou, se se quer assim falar: total) implicando o conjunto da prática social” (Lefebvre, 1999, p. 53). Dessa forma, neste trabalho, considera-se o fenômeno urbano como sinônimo de urbano e de práticas sociais na cidade.

Desse modo, Lefebvre (1999, p. 27), na busca por explicar a cidade, traça um eixo em forma de escala para periodização, que vai de 0 a 100, na qual 0 classifica a ausência da urbanização e 100 a culminância do processo urbano. Nesse caminho, inicialmente tem-se a cidade política, cidade comercial e a cidade industrial, que precede ao momento de “implosão-explosão” que, por sua vez, encaminha para a zona crítica representada pela urbanização plena.

No sentido de compreender a cidade, em seu decurso histórico, a partir dos múltiplos sentidos e significados que evoca, a partir profusão da vida urbana Carlos (2007a, p. 21) concebe a cidade “dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais” e para o desenvolvimento da sociedade humana. Neste sentido,

[...] a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. [...] A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder centralizado (Carlos, 2011, p. 57).

A quantidade de sentidos e definições inerentes ao termo cidade revela a complexidade da análise que se propõe. De modo que a conceituação de cidade esconde características diversas e escamoteia o transcurso histórico de constituição do espaço urbano em seus períodos de avanços e retrocessos. Na cidade, pode-se perceber constantes processos de produção, reprodução e transformações realizadas por agentes diversos, de modo que a simples conceituação não consegue explicar essa complexidade e multiplicidade de aspectos e características inerentes ao espaço urbano. Desse modo, entende-se que as cidades abrigam ou abrigaram em seu interior, ao longo da história das sociedades, os fundamentos de suas metamorfoses e que tais aspectos as caracterizaram ao longo dos tempos e na fase atual em que se encontram.

Uma breve leitura da espacialidade urbana a partir da história das cidades

Em cada período da história da humanidade se construiu uma cidade a partir das características hegemônicas do seu respectivo momento histórico, mas, em seu interior se constituiu também estruturas e processos que levaram à sua derrocada, desta forma, as cidades da pré-história apresentavam uma configuração que demarcava o momento de sedentarização da humanidade e uma incipiente produção agrícola; as cidades da antiguidade foram marcadas pela ampliação do excedente agrícola e a origem do processo de acumulação da produção com consequências políticas e sociais; ruralização da sociedade e a conseqüente involução das cidades do medievo produziram o regime feudal e a decadência das cidades. O regime feudal e sua organização política e social promoveu a fixação do homem ao solo e uma rígida estrutura de estamentos, no entanto, no seio do próprio feudalismo, as corporações manufatureiras e o processo de ampliação e acumulação da produção geraram um excedente que passou a ser comercializado

nos burgos, locais especialmente constituídos para as práticas comerciais; o ressurgimento do comércio marca também o renascimento das cidades e a derrocada do feudalismo; a cidade que surge deste processo é uma cidade profundamente diferente de todas as outras que a precederam, embora, seja ela própria, resultante do desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história das sociedades. A cidade moderna é o lócus da complexificação das relações sociais e espaciais, é o espaço do conflito e do contínuo processo de produção de novas realidades e virtualidades. Na cidade moderna a vida urbana expressa-se frente as transformações do espaço promovidas pelos agentes do capital na sua eterna busca pelo lucro e produção e financeirização da vida.

Neste processo as realizações humanas, como a incipiente produção agrícola e a produção de pequenos utensílios e ferramentas proporcionaram a ampliação das relações entre o homem e seus lugares de vida.

Os espaços, antes demarcados pela caça e coleta, são agora espaços da nascente produção agrícola e da domesticação de animais, desta forma, o homem no período da pré-história das cidades estabelece relações mais estreitas com seus lugares de vida. Outro processo, também de fundamental importância, refere-se aos aspectos subjetivos e culturais de cultuação aos mortos, estabelecendo relações entre o homem primitivo e os lugares de adoração. Desta forma o processo de sedentarização se funda a partir de condicionantes materiais e subjetivos, que fixam o homem a um lugar determinado lugar, e, partir daí o possibilita a estabelecer relações de produtivas e culturais com o espaço.

A espacialidade do homem, antes determinada pela sazonalidade da coleta de alimentos e da ocorrência de animais para caça e pesca, dá lugar à produção como forma de atender às necessidades básicas de alimentar-se, morar e defender o território e manter a sobrevivência de todos em comunidade.

Esta forma do homem primitivo se organizar no espaço foi a base para o desenvolvimento, organização e estrutura subsequente do espaço urbano e da sociedade humana, de modo que, a cada período, seguiam-se profundas transformações que alterava e complexificava as relações entre os sujeitos e os seus espaços.

Na antiguidade as relações espaciais que o homem estabelecia com o espaço eram demarcadas pelas relações entre o desenvolvimento de práticas agrícolas, com a utilização de recursos mais sofisticados (com uso de novas ferramentas e utensílios), aspecto que possibilitou a geração de um excedente agrícola, que era base da troca com outros povos. Neste período se constituiu, ideologicamente, autoridades religiosas (antes curandeiros, no período pré-histórico), que eram responsáveis pela comunicação entre a administração do espaço uma força espiritual superior.

A partir dessa relação se dá a dominação do processo produtivo por uma administração teocrática, que representava os desejos e a vontade de um ente superior e místico. Assim se organizava a produção em terras comuns, aspecto que garantia a geração do referido excedente agrícola.

Outro aspecto marcante das cidades da antiguidade, refere-se à dependências dos rios e de sua sazonalidade para a produção agrícola e pesca. De modo que a ocupação do solo, nestes espaços representava a possibilidade de geração de riquezas. Às cidades se dirigiam o excedente da produção agrícola, e, o espaço urbano se torna de forma mais vigorosa o espaço de trocas de mercadorias e também de compartilhamento das práticas humanas, promovendo o aprofundamento das relações sociais e espaciais.

Nesta perspectiva, a produção do espaço urbano, na antiguidade, está relacionada às trocas comerciais, e, estas, por sua vez promoveram, a expansão urbana, o adensamento populacional e ampliação da área de influência das cidades. O espaço urbano é o centro das incipientes relações comerciais, e este processo marca o momento de intensificação da urbanização da sociedade. No entanto, cumpre destacar que a vida nas cidades da antiguidade se dava de modo muito precário falta condições básicas, as cidades se constituíam basicamente como lugar do comércio e da administração. A cidade se constituía, desse modo, prioritariamente, como espaço das funções administrativas e das trocas de mercadorias das nascentes relações comerciais.

O período feudal, marca ruralização da sociedade, e, conseqüentemente o declínio das cidades. Este período histórico foi demarcado pela inversão da ordem anterior (a qual se apresentou

o adensamento populacional às cidades da antiguidade), no período medieval as cidades não deixam de existir, mas perdem espaço para as relações feudais, que eram caracteristicamente demarcadas por relações intra-feudo. No feudo se constituíam relações de autossuficiência e as relações comerciais foram suplantadas pela produção e consumo intra-feudo. O espaço e as relações sociais eram marcados pela associação entre senhores feudais e clero, essa relação dava sustentação administrativa e hegemonia ideológica aos senhores feudais. No entanto, as relações estabelecidas na base do sistema feudal se davam quase que estritamente a partir dos núcleos familiares e de suas respectivas relações produtivas.

Nesta estrutura o espaço estava organizado para a produção autossuficiente e para a defesa do próprio feudo. O desenvolvimento das relações espaciais era extremamente limitado, dada as restrições impostas pela ordem hegemônica e pela construção ideológica de mitos e narrativas: o homem estava preso à terra e à produção agropastoril, e, era a base de sustentação material para toda a estrutura feudal.

No feudo, no entanto, se desenvolvia a produção de utensílios e ferramentas (a partir das corporações de ofício), que promoveram a ampliação da produção. Os utensílios e ferramentas, que auxiliavam na produção agrícola, era a base para ampliação da produção e eram adquiridos à base troca de um excedente de produção, que acumulado pelos mestres de ofício, deram origem às relações comerciais estabelecidas nos burgos. Dessa forma, pode-se afirmar que as transformações que se sucederam, que suplantou o feudalismo, tiveram início com a transformação da técnica.

Estas transformações, advindas do desenvolvimento e aprofundamento da técnica, promoveram uma metamorfose na organização do processo produtivo, nas relações sociais, e conseqüentemente na organização e estruturação da cidade. As formas de produzir e organizar o comércio foram ampliadas, promovendo uma incipiente integração entre os espaços, antes limitado e restrito no interior de cada feudo.

A cidade renascida do período feudal é uma cidade extremamente diferente das cidades que a precederam. As cidades do período moderno são marcadas pela profusão da vida urbana; pelo comércio de bens e serviços (comércio material e imaterial); pela intensificação e precarização das relações sociais; pela segregação socioespacial, enfim, a cidade moderna possui grande densidade técnica, e, é marcada pelo consumo.

A cidade moderna possui forma, estrutura, processos e funções características das forças produtivas hegemônicas, de modo que a cidade moderna, reflete, em sua organização espacial, os ditames da ordem dominante. A produção do espaço está atrelada às relações comerciais e o homem, se torna refém destas relações.

Os espaços produzidos, no cenário urbano, expressam as desigualdades sociais da sociedade, como um todo, e, refletem a exploração do trabalho humano. O espaço urbano é apropriado e vendido como reserva de capital, e, a partir deste processo se organiza espaços privilegiados, no cenário urbano, e, espaços da escassez de recursos básicos para a sobrevivência e para o desenvolvimento do modo de vida urbano.

A cidade do presente é a materialização de desigualdades espaciais e da segregação do homem a espaços delimitados da cidade: seja pelas condições de mobilidade; pelas limitações econômicas; pelas restrições sociais; pela autosegregação (ou segregação forçada em espaços precarizados da cidade). Ao homem é restringido o direito a cidade, aos espaços da cidade por ele mesmo produzida.

Considerações finais

A cidade é uma realidade complexa, que foi historicamente produzida pela humanidade. Desta forma a compreensão da história da cidade oportuniza a sua apreensão como possibilidade de realização humana para além dos desígnios das relações de produção e consumo de bens e serviços (materiais e imateriais), ou seja, a cidade é ao mesmo tempo uma possibilidade e uma potencialidade para o desenvolvimento das relações humanas.

Se reconhece que as cidades do presente, são extremamente distintas das cidades do passado, no entanto, em sua constituição guardam características históricas que demarcam relações sociais e espaciais e indicam sua evolução ao longo de cada tempo.

Na cidade se constituem as espacialidades urbanas que são resultados da evolução das forças produtivas, mas, são também resultantes da produção da vida humana e as relações sociais e espaciais que a vida na cidade possibilita.

A compreensão da cidade a partir de distintas concepções teóricas possibilita vislumbrar a complexidade que a cidade abriga e a vida urbana engendra, tendo que vista olhares sobre prismas distintos permite ter uma melhor e mais completa da cidade como objeto do pensamento (como construção teórica, para além de sua apreensão empírica).

Nesta perspectiva se reafirma a complexidade da cidade e da vida urbana no processo de constituição de espacialidades, bem como sua importância como objeto de análise da ciência, compreendendo que a cidade é o lócus da existência de um número cada vez maior de pessoas compartilhando os espaços e suas histórias de vida no cotidiano da urbe. Desta forma se compreende que “a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo no qual ele está doravante condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer clareza da natureza de sua tarefa, fazendo a cidade o homem refez a si mesmo”. (PARK, 1967, p. 03 apud HARVEY, 2009, p. 09). Deste modo a cidade se coloca como devir da sociedade em seu constante processo de transformação.

Portanto, a cidade é uma produção da humanidade em seu devir histórico, e, no espaço urbano se concentra e se produz cotidianamente a vida urbana, que por sua vez, contribui para a constituição e produção de espacialidades e todas as implicações que decorrem deste processo. A cidade, o compartilhamento e a produção do espaço urbano são, nesse sentido, uma totalidade em permanente construção, uma virtualidade iluminadora do desenvolvimento da sociedade humana.

Referências

AZEVEDO, Aroldo. Embriões das cidades brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 25, março, 1957, p. 31-69. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1291>. Acesso em: 26 de mar. 2023.

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de Geografia urbana retrospectiva. **Terra Livre: Geografia, Espaço e Memória – AGB-São Paulo, FFLCH/USP, São Paulo-SP, n. 10, jan-jul, 1992. p. 27-78.** Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/113/111>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução (Silvia Mazza) 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 728 p. Tradução de: Storia della Città.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. 98p. (Coleção repensando a Geografia).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Cidade. **Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 469.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da Cidade**. 2ed. Campinas: Papyrus: 2007. 192p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 352p.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 26, São Paulo, p. 09-17. 2009. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74124>. Acesso em: 23 de mar 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução (Sergio Martins) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p. Tradução de: La Révolution Urbaine.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução (Rubens Eduardo Frias) 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001. 146p. Tradução de: Le Droit à la Ville.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução (Jefferson Luiz Camargo) São Paulo: Martins Fontes, 1997. 226p. Tradução de: The Image of the City.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. 616p.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução (Neil R. da Silva) 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 742p. Tradução de: The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior**. 1ª Edição. Chicago: University of Chicago Press, 1967. 274p.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**: ensaios de história e economia social. Tradução (Carlos Monteiro Miguel). 3 ed. Lisboa (Portugal): Europa-América, 1973. 182p. Tradução de: Les Villes du Moyen Âge

SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. 195p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio Técnico-Científico Informacional. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2013. 174p.

SINGER, Paul. **Economia política e urbanização**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1998. 160p

SPOSITO, Maria. Encarnação. Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989. 98p.

Recebido em 28 de abril de 2023.
Aceito em 23 de novembro de 2023.